



## **Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão**

### **Ficha de inscrição**

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO, JOSÉ CARLOS DANTAS TEIXEIRA DE SOUZA, GISELE MARIA DA SILVA ARAÚJO LEITE, HALLISON RÊGO BEZERRA

Cargo: JUÍZES FEDERAIS

Órgão: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Cidade/UF: NATAL-RN

Síntese da prática

Título: COMISSÃO JUDICIAL DE PREVENÇÃO DE DEMANDAS

Categoria: BOAS PRÁTICAS DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL

Descrição:

Por meio da Portaria nº 164/2015 – DF/JFRN, a Seção Judiciária do Rio Grande do Norte instituiu a Comissão Judicial de Prevenção de Demandas. Composta por 04 Juizes Federais, um Diretor de Secretaria e a Diretora do Núcleo Judiciário, a comissão tem por finalidade, conforme disposto no art. 1º de seu ato de criação, atuar “permanentemente facilitando o diálogo entre os mais diversos atores jurídicos, a fim de fornecer um ambiente de neutralidade, com estímulo à solução negociada, objetivando a redução do impacto intraprocessual de demandas judiciais repetitivas e a prevenção de futuros litígios”. Nesse sentido, a comissão tem por atribuições, concretamente: a) atuar na prevenção de demandas repetitivas;

- b) facilitar a comunicação entre os diversos atores processuais, de modo a evitar que a ausência de diálogo seja foco de conflito;
- c) noticiar fatos relevantes às autoridades competentes, inclusive para fins de ação coletiva, ou mesmo para fins de padronização administrativa, bem como comunicar às autoridades judiciárias sobre possível necessidade de uniformização de jurisprudência;
- d) atuar propondo a padronização de rotinas entre as unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (SJRN), de modo a racionalizar a prestação dos serviços judiciários oferecidos pela Secretaria Administrativa.



Reunindo-se quinzenalmente, a comissão adotou a sistemática de aprovar temas reconhecidos como possíveis focos de litigiosidade. O objetivo é servir como canal de articulação (ou como uma espécie de mediador público), a fim de se tentar equacionar os conflitos numa perspectiva preventiva, evitando o fenômeno de multiplicação de demandas repetitivas.

Aceito o tema pela comissão, é indicado um relator, que propõe uma estratégia de ação, o que pode envolver a formulação de convites para realização de reuniões junto com entidades que possivelmente podem atuar de forma preventiva, a realização de estudos sobre determinados temas com o objetivo de propor a padronização de rotinas nas varas da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a emissão de recomendações e de enunciados sobre as matérias respectivas. Todos os trabalhos da comissão são geridos através do software *evernote*, na sua versão gratuita, possibilitando o registro cronológico das ações e a consulta dos trabalhos em tempo real por todos os seus integrantes, assim como também o registro em tempo real das deliberações tomadas, de modo a evitar sobrecarga de trabalho aos relatores.

Em que pese ter sido criada no ano passado, a comissão passou a atuar a partir de um calendário próprio e sob tais procedimentos apenas neste ano de 2016. Até hoje, foram aprovados 10 temas para serem trabalhados na comissão, procurando-se atingir necessidades de varas das mais diversas competências. A sugestão de temas pode surgir de membros da comissão ou através do e-mail [prevencaodemandas@jfrn.jus.br](mailto:prevencaodemandas@jfrn.jus.br). No ano passado, foi realizada uma reunião apenas para apresentar o possível trabalho a ser desenvolvido, ocasião em que a Caixa Econômica Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional de imediato formularam sugestões.

A prática é claramente inovadora e rompe com o paradigma de que os conflitos devem ser resolvidos, no processo, a partir de um estímulo formal à litigiosidade. A ideia é fomentar a importância de uma postura também preventiva, por parte da Justiça Federal, no seu âmbito de competência jurisdicional. Também constitui premissa do trabalho que a Justiça Federal deve liderar essa visão preventiva do direito, já que, mais do que qualquer outra instituição, somente ela tem uma visão mais global dos focos de litígios. As demais instituições jurídicas federais tem atribuições mais restritas e, por isso, não tem condições de fazer essa identificação de forma mais abrangente.

Os trabalhos da comissão não exigiram nenhum centavo de investimento e tampouco impactam o custeio. É um mecanismo de gestão formatado com os recursos disponíveis. Como os trabalhos estão se tornando mais dinâmicos, estão sendo feitas solicitações ao Núcleo de Tecnologia da Informação, mas sem qualquer custo para a Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

No mais, a ideia é estabelecer, através da comissão, uma relação institucional mais próxima e inteligente com as demais instituições federais, sempre



sob a ótica preventiva. É possível dizer que já houve resultados concretos, com a padronização de determinadas rotinas nas varas da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, com a provocação do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União para o ajuizamento de ações coletivas e no aprimoramento do diálogo entre os demais atores jurídicos.